

LINEAMENTOS DOS DIREITOS SUCESSÓRIOS NAS UNIÕES ESTÁVEIS

GUIDELINES OF SUCCESSION BY INHERITANCE IN THE COMMON-LAW MARRIAGE

Flaviana Rampazzo Soares¹

Resumo:

O artigo versa sobre a sucessão do convivente supérstite nas uniões estáveis, trazendo uma abordagem sob diferentes vieses, iniciando pela análise das transformações enfrentadas pelos conceitos de família e de união estável, passando por uma avaliação das regras civis pretéritas e as atualmente vigentes no Brasil sobre a matéria. Parte, a seguir, para a análise do entendimento doutrinário e jurisprudencial relativo ao tema, expondo as divergências existentes e seus reflexos, bem como a exposição das nefastas consequências decorrentes desses desacordos, que causam dificuldades a uma adequada aplicação do instituto, expondo a necessidades de medidas urgentes (pela legislação ou pela jurisprudência) a aplacar os problemas indicados.

Palavras-chave: Direito civil; Direito de família; Sucessões; União estável; Concorrência sucessória.

Abstract:

The article deals with the succession of the surviving companion on common-law marriage, bringing an approach under different biases, starting with the analysis of the transformations experienced by concepts of families and common-law marriage, undergoing an evaluation of past and currently civil rules in force in Brazil on the matter. Part, then, for the analysis of doctrinal and jurisprudential understanding concerning the subject, exposing the differences and their effects, as well as exposure of the disastrous consequences of these disagreements, which cause difficulties for the proper implementation of the institute, exposing the needs urgent of action (by legislation or jurisprudence) to placate the indicated problems.

Keywords: Civil law; Family law; Succession; Common-law marriage; Sucession concurrent.

Índice: 1. Introdução. 2. "União estável" e "família" na atualidade. 3. Referência legislativa brasileira atual a respeito da união estável. 4. A sucessão na união estável, breve panorama do direito brasileiro. 5. Conclusões. 6. Referências bibliográficas.

1. Introdução

¹ Professora. Mestre em Direito. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes. Linha de pesquisa: eficácia e Efetividade da Constituição e dos Direitos Fundamentais no Direito Público e Direito Privado. E-mail: frampazzo@hotmail.com.

Sabe-se que, algumas vezes, a força da realidade atua, **figurativamente**, como uma espécie de aluvião, na qual um determinado instituto jurídico recebe influências que lhe agregam novas possíveis interpretações e consequências, ou, ainda, atua como uma forma simbólica de avulsão, quando certas premissas são extirpadas (ou desconsideradas) do âmbito jurídico, por não se adequarem a determinadas circunstâncias ou relações sociais.

A união estável, no Brasil, está vivendo uma crise de "aluviões" e "avulsões", pela edição de sucessivas leis que, como será visto no decorrer deste texto, mais prejudicaram do que reforçaram o referido instituto, pela instabilidade que provocaram.

Assim, o ensaio ora apresentado tem o objetivo principal de descrever esse cenário, sob o enfoque da sucessão do convivente supérstite nas uniões estáveis, segundo as regras civis atualmente vigentes no Brasil, bem como o propósito secundário e naturalmente consequente da sua finalidade primeira, de evidenciar a necessidade de atuação legislativa mais criteriosa e adequada a solver tal crise, ou, ainda, da jurisprudência, destacando ser louvável a conduta do STF, ao recentemente ter reconhecido repercussão geral em relação à matéria (Recurso Extraordinário n. 878.694), e, assim, se habilitado a indicar critérios de interpretação sistemática aptos a solver as dissidências existentes a respeito do tema, na atualidade.

2. "União estável" e "família" na atualidade

Para que se entenda o instituto jurídico da união estável no direito brasileiro, sobremaneira em relação às regras legislativas referidas neste texto, algumas premissas conceituais devem ser tratadas para uma melhor abordagem do tema.

Inicia-se essa explanação por uma breve análise do que seja "família", pois a família é um conceito base tanto para o casamento² quanto para a união de fato (ou "união estável", como é reconhecida no Brasil), e com ambas ela se vincula inexoravelmente³.

A dúvida reside no sentido e alcance da expressão "entidade familiar", protegida no âmbito da união estável ou mesmo, de forma mais tradicional, pelo casamento. A análise da doutrina

² Destaca Cahali que o casamento e a união estável não se confundem. A união estável é um fato com consequências jurídicas decorrentes de sua existência (há fato jurídico e fato social caracterizando-se concomitantemente). No casamento há um registro formal, posterior a comprovação dos requisitos necessários, ou seja, um ato jurídico, e esse *status* de casado é conferido a partir de tal solenidade (CAHALI, Francisco José. *União estável e alimentos entre companheiros*. São Paulo: Saraiva, 1996, Cap. I, n. 4-5).

³ A doutrina chega a distinguir "modelos" de família em matrimonial (formada pelo casamento), por união estável entre homem e mulher (família "informal"), homoafetiva (cujas partes são pessoas do mesmo gênero), mosaico (formada por pessoas separadas ou divorciadas e seus novos parceiros), monoparental (formado por um dos pais ou mães e seus filhos), parental (núcleo sem vínculo conjugal), paralela (simultânea) e poliafetiva (formado por mais de dois conviventes). DONIZETTI, Elpídio. QUINTELLA, Felipe. *Curso didático de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 895 e seguintes.

existente a respeito do tema, seja no âmbito da antropologia, ou mesmo da sociologia, nos indica que não há um padrão, e que as relações familiares são variáveis conforme a cultura, o local, o período histórico de pesquisa, etc., a ponto de se afirmar que família é uma noção complexa⁴.

Apesar de muitas vezes se cruzar com o parentesco, assim entendido como organizador social de natureza permanente, a concepção de família tem feições próprias e não necessariamente vinculadas ao parentesco⁵.

O fato é que Lévi-Strauss desmistificou a família numa acepção tradicional de "grupo de pessoas composto de pais e filhos"⁶, tendo demonstrado que há elementos culturais relevantes na sua constituição, mais do que biológicos⁷. Demonstrou-se, a partir de tais reflexões, por exemplo, que não existe um modelo predeterminado, pois, em um núcleo familiar, pode não haver uma liderança e que, existindo essa figura, ela não precisa ser necessariamente masculina. Ademais, constatou que a entidade familiar pode ser estruturada com ou sem filhos.

"Desconstruído" o conceito tradicional de família, resta "reconstruí-lo" a partir do que restou e do que atualmente pode ser tomado como elemento caracterizador do conceito. Assim, a família, atualmente e especificamente, no sistema jurídico brasileiro, constitui-se pela livre união de pessoas, em comunhão de vida com finalidade duradoura, em um relacionamento afetivo de conhecimento público e com caráter solidário, vinculadas pela identidade de interesses e de objetivos⁸.

Se essa união for concretizada por ato solene, será um casamento. Se for informal, mas for uma formação voluntária e essencialmente afetiva, não formalizada através do casamento, com convivência pública e não eventual, com o objetivo de constituir família, será considerada uma união estável⁹.

Assim, não somente o casamento, mas também a união estável, recebem tratamento jurídico, doutrinário e legal, inclusive em relação à sucessão.

3. Referência legislativa brasileira atual a respeito da união estável

⁴ HAUSER, Jean; JUIET-WEILLER, Danièle. *Traité de Droit Civil. La famille*. 2ª. ed. Paris: LGDJ, 1993. p. 3.

⁵ SILVEIRA, Maria Lucia da. Família: conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde. *Revista Família, Saúde e Desenvolvimento*. Curitiba, v.2, n.2. p.58-64, jul./dez. 2000. p. 60.

⁶ SANTOS, J. M. de Carvalho. *Repertório enciclopédico do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1974. p. 147.

⁷ LÉVI-STRAUSS, Claude. O problema do incesto. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). *Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. Trad. por Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1976, pp. 177 e 178.

⁸ Paulo Lôbo explicita que o conceito de família é indeterminado, dependendo de concretização interpretativa, e que são exemplificativas, e não taxativas, as espécies de entidades familiares referidas nos parágrafos do art. 226 da Constituição Federal. LÔBO, Paulo. *Direito Civil – Famílias*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 61.

⁹ Vide arts. 1.723 a 1.727 do Código Civil.

No Brasil, a união estável como entidade familiar, foi reconhecida formalmente pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, § 3º.

A regra constitucional mencionada legitimou a prática social corriqueira e aceita das uniões que implica relações afetivas livres construídas pela vontade, em caráter de continuidade, e reconhece a união estável entre pessoas¹⁰, não formalizada pelo casamento propriamente dito, como entidade familiar protegida juridicamente, inclusive perante o Estado.

Manteve-se o casamento como a espécie de família "mais protegida" perante a lei (pois há evidente privilégio legal e maior benefício patrimonial nessa espécie, como será visto nos tópicos seguintes) e preferencial, "quanto à outorga de vantagens para os partícipes"¹¹, mas reconheceram-se direitos aos companheiros e o *status* de família juridicamente protegida pelo direito.

Vale dizer, a proteção jurídica concedida à união estável assegura o seu reconhecimento como instituição não apenas na relação dos conviventes com o Estado, mas, também, dos conviventes entre si e perante terceiros.

¹⁰ Em relação ao tratamento das relações homoafetivas no Brasil, o STF, na ação direta de inconstitucionalidade n. 4.277, reconheceu interpretação à mencionada norma no sentido de que é possível a formação de famílias homoafetivas, em decisão que consta com a seguinte ementa: "1. [...]. 2. Proibição de discriminação das pessoas em razão do sexo, seja no plano da dicotomia homem/mulher (gênero), seja no plano da orientação sexual de cada qual deles. A proibição do preconceito como capítulo do constitucionalismo fraternal. Homenagem ao pluralismo como valor sócio-político-cultural. Liberdade para dispor da própria sexualidade, inserida na categoria dos direitos fundamentais do indivíduo, expressão que é da autonomia de vontade. Direito à intimidade e à vida privada. Cláusula pétrea. O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de "promover o bem de todos". Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana "norma geral negativa", segundo a qual "o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido". Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da "dignidade da pessoa humana": direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. [...]. A Constituição não interdita a formação de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub judice. Inexistência do direito dos indivíduos heteroafetivos à sua não-equivalência jurídica com os indivíduos homoafetivos. Aplicabilidade do § 2º do art. 5º da Constituição Federal, a evidenciar que outros direitos e garantias, não expressamente listados na Constituição, emergem "do regime e dos princípios por ela adotados", *verbis*: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Assim, os relacionamentos homoafetivos (uniões homoafetivas) entre pessoas do mesmo gênero são tratados, quando postos em juízo sob aspectos patrimoniais, com o uso de regras de união estável, inclusive em relação as regras gerais de alimentos e sucessão.

Porém, em tais casos, é necessário comprovar a existência de uma entidade familiar, ainda que homoafetiva, para que seja declarada a existência da união estável e, depois disso, que seja reconhecida a ocorrência de determinados efeitos jurídicos decorrentes de tal legitimação.

A Resolução n. 175 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), datada de 14 de maio de 2013, determina que as autoridades competentes devem celebrar casamento civil e converter união estável em casamento "entre pessoas do mesmo sexo" (art. 1º).

¹¹ GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *O Companheirismo: uma espécie de família*. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 88.

A seguir, adveio a Lei n. 8.971, de 1994, que regulou o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão e, em 1996, foi editada a Lei n. 9.278, a qual explicitamente regulamentou o art. 226, § 3º, da Constituição Federal¹².

A importância da Lei n. 9.278/96 está no fato de que, em seu artigo 1º, expressamente reconheceu a união estável como uma entidade familiar entre duas pessoas, não solene, estabelecida com objetivo de "constituição de família" (intenção de formação de "núcleo" de natureza familiar), sendo direitos e deveres iguais dos conviventes (art. 2º) o respeito e a consideração mútuos; assistência moral e material recíproca (inclusive alimentos ao ex-convivente que deles necessite) e a guarda, o sustento e a educação dos filhos comuns, se existirem.

Sob o aspecto patrimonial, o art. 5º da Lei n. 9.278/96 assegurou que os bens adquiridos por um ou ambos conviventes na constância da união estável e a título oneroso, seriam considerados como propriedade igual de ambos, em razão da presunção de aquisição pelo esforço comum, sendo, porém, admitida determinação em sentido contrário por contrato escrito ou se a aquisição tiver ocorrido com o produto de bens adquiridos anteriormente ao início da união.

Ainda de acordo com a mencionada Lei, em seu art. 7º, parágrafo único, ao ser dissolvida a união estável, por morte de um dos conviventes, o "sobrevivente terá direito real de habitação, enquanto viver ou não constituir nova união ou casamento, relativamente ao imóvel destinado à residência da família".

Porém, em 2002, houve a edição de um novo Código Civil, que tramitava desde a década de setenta, e nele passaram a constar diversos dispositivos tratando da união estável. Com isso, também passou a existir dissenso na doutrina no sentido da revogação ou da vigência das referidas leis, com o novo Código Civil, como será visto.

Com esse cenário legislativo, algumas dúvidas foram solucionadas, e outras passaram a existir, de modo que "a solução normativa se limita a ser parte de um conflito, mas não proporciona instrumentos ou critérios para solucioná-lo"¹³, o que será tratado nos tópicos que seguem.

¹² Cabe mencionar aqui o posicionamento de Carlos Roberto Gonçalves a respeito da validade das referidas leis, o qual, cabe ressaltar, não é pacífico: "Restaram revogadas as mencionadas Leis n. 8.971/94 e 9.278/96 em face da inclusão da matéria no âmbito do Código Civil de 2002 [...]". *Direito civil brasileiro. Direito de Família*. v. 6. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 611.

¹³ PARADISO, Massimo. La juridicidad intrínseca de las relaciones familiares. In: PUERTAS, Carlos Alberto Calderón; GONZALES, Carlos Agurto (coord). *Observatorio de Derecho Civil*. La familia. V. II. Lima: Motivensa, 2010. p. 44.

4. A sucessão na união estável: breve panorama do direito brasileiro

A extinção da união estável por morte, de acordo com o Código Civil de 2002, gera direitos sucessórios ao convivente supérstite.

A informalidade documental típica da união estável, muitas vezes, leva a uma dúvida quanto a sua existência. Assim, é mais fácil ao convivente supérstite comprovar ter tido união estável com o convivente falecido, se anteriormente tiverem firmado escritura declaratória de união estável, lavrada por Tabelião ou contrato válido. Caso isso não tenha ocorrido, há duas situações possíveis:

(a) se não houver qualquer oposição à condição de convivente ostentada pelo supérstite, o inventário¹⁴ se processa normalmente, observadas as regras específicas da sucessão em união estável, sendo que na petição inicial são informados os dados tanto do convivente supérstite quando das demais pessoas habilitadas a participar do inventário, todos de acordo com os herdeiros e com o patrimônio a partilhar;

(b) se houver oposição à condição de convivente supérstite, essa alegada condição deve ser objeto de pedido de reconhecimento em ação judicial específica e independente do inventário, podendo haver a reserva de bens no inventário suficiente da parte que cabe, em tese, à convivente supérstite, até que essa questão prejudicial seja resolvida¹⁵. Essa providência é necessária, pois, primeiramente deve ser reconhecida a existência de uma relação jurídica, para, posteriormente, à mesma ser atribuídos efeitos jurídicos.

Carlos Roberto Gonçalves afirma que o reconhecimento de direitos sucessórios ao companheiro pode ser feito nos autos do próprio inventário judicial, após a análise das provas da união estável, desde que as mesmas sejam "suficientes" e que, a ação autônoma de reconhecimento de união estável seria a medida eficiente apenas na hipótese de as provas não serem suficientes¹⁶.

Ultrapassada a questão processual da legitimidade, o sistema jurídico brasileiro, especialmente o Código Civil de 2002, concede ao convivente supérstite o direito de participação da sucessão (patrimônio) daquele que tiver falecido. Porém, em comparação com o casamento,

¹⁴Admitindo-se o inventário extrajudicial (elaborado em Tabelionato, conforme Lei n. 11.411/07), para os casos em que não há testamento e não há herdeiros menores ou incapazes. Ou, havendo qualquer impedimento, o inventário tramitará perante o Poder Judiciário (vide art. 982 do Código de Processo Civil).

¹⁵ Neste sentido é o acórdão da Apelação Cível n. 70053523536, da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, sendo Relator o Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Processo Julgado em 29/05/2013.

¹⁶*Direito civil brasileiro. Direito de Família*. Vol. 6. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 648.

as proporções são diferentes, principalmente porque o convivente não é considerado herdeiro necessário¹⁷.

O Código Civil brasileiro de 2002, em seu art. 1.784, estabelece que, aberta a sucessão, transmite-se desde logo a herança aos herdeiros legítimos e testamentários. Ou seja, a sucessão inicia no momento da morte. Mas, mesmo com a transmissão imediata, o inventário é o meio juridicamente adequado para formalizar essa transmissão, uma vez que é nele que serão verificados os requisitos da sucessão, especialmente a capacidade sucessória.

O convivente supérstite pode participar do inventário não apenas em razão de eventual direito sucessório, mas, também, poderá atuar para assegurar a preservação do seu patrimônio, na condição de meeiro ou coproprietário do patrimônio comum amealhado onerosamente no decurso da união estável (parte-ideal), conforme o regime de bens adotado na união estável ou, caso não formalizada por escritura ou contrato escrito válido (art. 1.725 do Código Civil), pelo regime da comunhão parcial de bens¹⁸.

Nesse caso, a herança deverá ser composta pela metade de bens comuns adquiridos na constância da união estável (a outra metade já pertence ao convivente supérstite, que é meeiro antes mesmo da abertura da sucessão, em relação ao patrimônio passível dessa meação), bem como de outros bens que sejam de propriedade exclusiva do *de cuius*¹⁹.

Pazini²⁰ esclarece que, na sucessão em que há patrimônio exclusivo do falecido (adquirido antes do início da união estável ou havido por herança, doação ou sub-rogação) e patrimônio comum (adquirido onerosamente na constância da união estável) deverá atender ao disposto nos artigos 1.829 do Código Civil (para a primeira hipótese, pois trata da sucessão dos herdeiros

¹⁷ De acordo com o art. 1.829, III, do Código Civil, o cônjuge é herdeiro necessário. Aos herdeiros necessários é reservada a metade dos bens que compõem a herança (existentes quando da abertura da sucessão), conforme art. 1.846 do Código Civil, e a metade não reservada é de livre disposição da pessoa enquanto viva, mediante testamento.

Conforme Cahali e Cardoso, o legislador intencionalmente não considerou o convivente como herdeiro necessário, e o nosso sistema jurídico atual não permite a equiparação do casamento à união estável. CAHALI, Francisco José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 145. In: CASSETARI, Chirstiano (*et al.* Coord.). *Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008

¹⁸ "Assim, não celebrando os parceiros contrato escrito estabelecendo regra diversa, aplicar-se-á à união por eles constituída o regime da comunhão de bens abrangendo os aquestos, ou seja, os bens que sobrevieram na constância do casamento, permanecendo como bens particulares de cada qual os adquiridos anteriormente e os sub-rogados em seu lugar, bem como os adquiridos anteriormente e os sub-rogados em seu lugar, bem como os adquiridos durante a convivência a título gratuito, por doação ou herança." *Direito civil brasileiro. Direito de Família*. Vol. 6. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 634.

¹⁹ Essa é a lição de Zeno Veloso, que destaca adicionalmente a necessidade de diferenciação entre meação, como resultado de uma relação patrimonial criada por lei ou convenção e direito hereditário, produto do fato morte. VELOSO, Zeno. *Do Direito sucessório dos companheiros*. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). *Direito de família e o novo Código Civil*. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 243.

²⁰ PAZINI, Cláudio Ferreira. *Alimentos e sucessão na união estável*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 217.

quando não há companheiro que dela participe) e 1.790 do mesmo diploma legal (para a segunda hipótese).

Conforme o texto do art. 1.790, que não trata de meação, mas de sucessão, o convivente supérstite tem capacidade sucessória, participando da sucessão em relação aos bens adquiridos no decorrer da união estável, a título oneroso, porquanto, conforme dito, o regime de bens aplicável na união estável não interfere na regra legal relacionada à sucessão do convivente²¹.

Como visto, o convivente não é considerado como herdeiro necessário, situação vista por parte da doutrina como injusta²², pois o cônjuge no casamento fica em uma posição mais favorável que o companheiro na união estável. Assim, por exemplo, o convivente sobrevivente não tem direito a patrimônio do convivente falecido que tenha sido adquirido por sub-rogação²³.

O convivente supérstite participará na herança na parte do patrimônio que foi adquirida no período de duração da união estável, devendo comprovar os bens que compõem a herança e que lhe cabem foram adquiridos onerosamente com a sua participação, ainda que por presunção.

Diz a lei também não compor o quinhão que possa ser devido ao convivente supérstite os bens recebidos pelo *de cujus* através de sucessão ou doação. Porém, parte da doutrina brasileira afirma que, se o convivente falecido não tiver deixado herdeiros necessários e tiver apenas bens

²¹ O STJ bem diferenciou a meação do convivente supérstite no inventário, conforme demonstra a seguinte ementa: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA E SUCESSÕES. INVENTÁRIO E PARTILHA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE E CORRETA FORMAÇÃO DO RECURSO. RESERVA DE BENS SOBRE A PROVÁVEL MEAÇÃO DA EX-COMPANHEIRA ANTERIORMENTE DEFERIDA. POSSE E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS QUE A INTEGRAM. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. 1. Consiste o litígio entre o inventariante, sobrinho do falecido, e aquela que afirma ser ex-companheira do autor da herança, pelo período de 37 anos, até seu falecimento, tendo por base fática a estabelecida pelo TJ/BA, no sentido de que é alta a probabilidade de que a união estável perdurou o tempo aludido, pendente ainda de julgamento ação para o seu reconhecimento. 2. A administração pelo inventariante do acervo hereditário, tornado indivisível pelas regras do Direito das Sucessões, não esbarra no direito de meação, este oriundo do Direito de Família, e que é conferido ao companheiro quando da dissolução da união estável ou pela morte de um dos consortes. 3. O art. 1.725 do CC/02 estabelece o regime da comunhão parcial de bens para reger as relações patrimoniais entre os companheiros, excetuando estipulação escrita em contrário. Assim, com a morte de um dos companheiros, do patrimônio do autor da herança retira-se a meação do companheiro sobrevivente, que não se transmite aos herdeiros do falecido por ser decorrência patrimonial do término da união estável, conforme os postulados do Direito de Família. Ou seja, entrega-se a meação ao companheiro sobrevivente, e, somente então, defere-se a herança aos herdeiros do falecido, conforme as normas que regem o Direito Sucessório. 4. Frisa-se, contudo, que, sobre a provável ex-companheira, incidirão as mesmas obrigações que oneram o inventariante, devendo ela requerer autorização judicial para promover qualquer alienação, bem como prestar contas dos bens sob sua administração. 5. Recurso especial conhecido, mas não provido". Recurso Especial n. 975.964 (Relatora Ministra Nancy Andrighi, 3ª turma, Julgado em 15.02.2011, Publicado no DJe em 16.05.2011).

²² CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Curso avançado de direito civil. Direito das sucessões*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, v. 6. p. 228.

²³ Conforme demonstra a ementa do seguinte julgamento: "INVENTÁRIO. UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DOS BENS. SUB-ROGAÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. Comprovada a união estável, os bens adquiridos na constância da vida em comum devem ser partilhados de forma igualitária, sendo irrelevante perquirir acerca da colaboração prestada individualmente pelos conviventes. Inteligência do art. 1.725 do CCB. 2. A sub-rogação constitui exceção à regra da comunicabilidade e, sendo assim, não deve apenas ser alegada para excluir o bem da partilha, mas cabalmente comprovada, como ocorreu no caso, já que constou na própria escritura pública. Recurso provido". (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Agravo de Instrumento n. 70052964152, Sétima Câmara Cível. Relator Desembargador Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 27/03/2013).

recebidos por sucessão ou doação, incide o disposto no art. 1.844 do Código Civil, segundo o qual os bens somente serão dirigidos ao Estado se não houver cônjuge, companheiro ou outro herdeiro, uma vez que seria mais justo e preferível que o convivente supérstite herdasse tais bens, e não o Estado. Porém, conforme dito, a questão não é pacífica.

Poderá o convivente supérstite, inclusive, ser beneficiado pelo *direito de acrescer* (instituído pelo art. 1.810 do Código Civil), decorrente de eventual renúncia de herança que seja manifestada por algum herdeiro, pois esse herdeiro renunciante (descendente do convivente falecido) não participa da sucessão²⁴ e não será considerado na definição da parte disponível do convivente falecido. Isso significa que o convivente supérstite passaria a ter direito a 1/3 da herança, em razão da incidência do disposto no art. 1.790, III, do Código Civil.

Convém ressaltar, porém, que esse entendimento também não é unânime, sendo que há quem defenda²⁵ que o convivente supérstite, por não ser descendente, não seria beneficiado pela renúncia de herdeiros e que, se havendo renúncia de todos os descendentes, o convivente supérstite deveria concorrer com os ascendentes.

Esse é apenas um dos aspectos que demonstra que a doutrina brasileira divide-se quanto à correção ou incorreção da concorrência do convivente prevista no art. 1.790 do Código Civil.

O referido artigo de lei apresenta lacunas que geram inúmeros questionamentos por parte da doutrina, a ponto de sua constitucionalidade ser questionada.

Parte da doutrina afirma que o mencionado artigo de lei seria materialmente inconstitucional, por não ter concedido proteção à família constituída sob a forma de união estável, conforme determinado pelo art. 226 da Constituição Federal e teria retirado direitos e vantagens anteriores que eram concedidas aos conviventes²⁶, por força da Lei n. 8.971/94, havendo quem defenda a necessidade manifesta de alteração do Código Civil para tornar o convivente supérstite herdeiro necessário, tal como ocorreu no Peru, com a Lei n. 30.007.

Parte da doutrina entende constitucional e regular a referida previsão legislativa, sob o argumento de que o legislador fez uma escolha de dar maior *status* e preferência ao casamento, sem equiparação plena, tornando o cônjuge herdeiro necessário, numa situação mais favorável

²⁴ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Direito das sucessões*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 6. p. 161.

²⁵ CARVALHO NETO. Inácio. *Direito Sucessório do cônjuge e do companheiro*. V. 1. São Paulo: Método, 2007. p. 193.

²⁶ É o caso, por exemplo, de Donizetti e Quintella (DONIZETTI, Elpídio. QUINTELLA, Felipe. *Curso didático de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 1.150), Guilherme Gama (GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. *Direito civil: sucessões*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 46 e Fábio Coelho (COELHO, Fábio Ulhôa. *Curso de direito civil*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 270-272). As incongruências do sistema sucessório brasileiro em relação às uniões estáveis, sob um prisma de análise econômica do direito, consta em ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Casamento e união estável à luz da análise econômica do direito. *Revista brasileira de Direito das famílias e sucessões*. n. 11, ago/set 2009. Ano XI. Porto Alegre: Magister. p.67-92 (especialmente p. 84).

que a do companheiro²⁷. Ou seja, apesar de poder ser considerada injusta, conforme o ponto de vista, o dispositivo legal não seria inconstitucional²⁸.

Há projetos de lei tramitando perante o Poder Legislativo para modificar a redação de diversos artigos do Código Civil que tratam do direito de família e sucessões em matéria de união estável, mas, até o momento, ainda não há nada em definitivo a respeito do assunto²⁹. O próprio relator geral do projeto de lei que originou o Código Civil brasileiro, o falecido Deputado Federal Ricardo Fiuza, reconheceu que o texto aprovado do Código Civil representou um "retrocesso na sucessão entre companheiros, se comparado com a legislação até então em vigor"³⁰.

Apesar das controvérsias acima explanadas, o art. 1.790 segue vigente e, assim, convém tratar do seu conteúdo, destacando-se que, inicialmente, o *caput* do artigo estabelece o conjunto de bens que comporá o patrimônio objeto da sucessão em que participará o convivente supérstite, quais sejam, aqueles “*adquiridos onerosamente na vigência da união estável*”.

²⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Comentários ao novo Código Civil. Do direito das sucessões*. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). Rio de Janeiro: Forense. 2 ed. V. XXI, 2003. p. 51.

²⁸ CARVALHO NETO. Inácio. *Direito Sucessório do cônjuge e do companheiro*. V. 1. São Paulo: Método, 2007. p. 182.

²⁹ Como, por exemplo, o Projeto de Lei do Senado Federal brasileiro n. 267/2009, que dá nova redação ao art. 1.829 do Código Civil, que trata da ordem de vocação hereditária, passando a considerar o convivente supérstite como herdeiro necessário. O projeto referido também tem o mérito de garantir o direito real de habitação do imóvel onde residia a família ao tempo da abertura da sucessão e de dar melhores condições ao convivente supérstite quando esse concorrer com descendentes (comuns ou exclusivos). O texto do mencionado projeto sugere a seguinte redação aos artigos 1.829 a 1832 do Código Civil:

“Art. 1.829.....

I - aos descendentes, em concorrência com o companheiro ou cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.641); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.

II – aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge ou com o companheiro sobrevivente;

III - ao cônjuge ou companheiro sobrevivente;

Art. 1.830. Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos.”

Art. 1.831. Ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que, na abertura da sucessão, esteja na posse exclusiva do falecido e do sobrevivente ou somente do sobrevivente.

Art. 1832. Em concorrência com os descendentes (art. 1829, inciso I) caberá ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior a quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.

Art. 1.834. Os descendentes do mesmo grau, qualquer que seja a origem do parentesco, têm os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.

Art. 1.837. Concorrendo com ascendente em primeiro grau, ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente tocará um terço da herança; caber-lhe-á a metade desta se houver um só ascendente, ou se maior for aquele grau.

Art. 1.838. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge ou ao companheiro sobrevivente.

Art. 1.839. Se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente, nas condições estabelecidas no art. 1.830, serão chamados a suceder os colaterais até o quarto grau.

³⁰ FIUZA, Ricardo. *O novo Código Civil e as propostas de aperfeiçoamento*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 290.

As condições referidas são cumulativas, sendo a primeira fixada sobre uma base econômica (aquisição onerosa), e a segunda sob uma característica temporal (ocorrida na vigência da união estável).

Esse aspecto denota uma primeira opção legislativa, no sentido de que a composição do patrimônio objeto da herança, sob a ótica do convivente supérstite, é deliberadamente menos generosa, mais criteriosa e evidentemente restritiva, em comparação a situação do cônjuge sobrevivente na sucessão qualificada por casamento anterior. Para o legislador, como será visto, em muitos aspectos mais vale a prole, demais familiares, e até mesmo o Estado, do que o convivente supérstite, o que pode parecer cruel na análise da aplicação do art. 1.790 em casos práticos.

Ultrapassada essa constatação, e para fins práticos de definição do andamento da sucessão, primeiramente deve ser vista a questão da configuração de uma união estável e sua duração. Ato contínuo, inexistindo questionamentos quanto a sua ocorrência e período, deve ser apurado o patrimônio do convivente falecido, separando-se o que tenha sido adquirido antes ou depois da união estável, e o que tenha sido adquirido na constância da união estável a título oneroso ou gratuito.

A seguir, deve-se verificar se há descendentes do convivente falecido.

O disposto no inciso I do art. 1.790 incide no caso em que o convivente supérstite e o falecido tinham filhos comuns. Nessa hipótese, o convivente deverá receber a mesma quota (percentual) que legalmente couber ao filho comum, em relação ao patrimônio que estiver apto a receber (não se incluindo nessa herança ao convivente supérstite os bens que não se enquadrarem no disposto no *caput* do artigo).

Trata-se de concorrência do convivente supérstite com seus descendentes com o falecido companheiro, ou seja, herdará como se fosse mais um dos herdeiros, sempre sendo calculado um igual quinhão em relação aos bens adquiridos onerosamente durante a união estável, não havendo garantia de um quinhão mínimo³¹, sendo cabível o alerta no sentido de que essa regra permite que um filho possa ter direito a um patrimônio maior que a do convivente supérstite, pois o filho será herdeiro dos bens adquiridos pelo convivente falecido antes da união estável ou, na constância desta, a título gratuito, por herança ou sub-rogação, condição essa que não será atribuível ao convivente supérstite³².

³¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito das sucessões*. V. 6. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 158.

³² PAZINI, Cláudio Ferreira. *Alimentos e sucessão na união estável*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 221.

Na prática, na sucessão em que havia uma união estável e dois filhos comuns, por exemplo, o quinhão de cada um será de 1/3.

O inciso II do art. 1.790 trata da hipótese de os conviventes não terem filhos comuns, mas existirem filhos do convivente falecido. Nesse caso, a participação do convivente supérstite é em relação à metade do que couber a cada um daqueles, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, ou seja, deve equivaler à metade da parte de cada descendente do autor da herança³³.

Ou seja, se o autor da herança tinha dois filhos de outro relacionamento e uma companheira, o percentual de cada filho é de 50%. Metade de 50% corresponde a 25%. Com isso, a parte da herança que cabe à convivente supérstite corresponderá a 25% dos bens adquiridos onerosamente pelo convivente falecido, na vigência da união estável. O percentual restante, de 75% dos bens adquiridos onerosamente pelo convivente falecido, na vigência da união estável, será igualmente dividido entre os dois filhos, os quais também participarão de 100%, em 50% para cada filho, dos bens do convivente falecido que não tenham sido adquiridos onerosamente na vigência da união estável com o convivente supérstite³⁴.

Conforme menciona Reinaldo Freire, se o convivente falecido tiver dois filhos exclusivos e um bem adquirido onerosamente durante a união estável, sendo este um imóvel, por exemplo, a metade do imóvel constitui meação do convivente supérstite, e a outra metade será partilhada de maneira que caberá ao filho "1" uma fração, equivalente a 2/5 do imóvel (ou 20% do total do imóvel), ao filho "2" outra fração, equivalente a 2/5 do imóvel (ou 20% do total do imóvel) e ao companheiro supérstite 1/5 do imóvel (ou 60% do total do imóvel, sendo 50% decorrente da sua meação e 10% por direito de sucessão)³⁵.

A redação do inciso II do art. 1.790 do Código Civil é criticada por parte da doutrina, pois concede uma resposta precisa para o caso do exemplo acima, mas gera incertezas quando se trata de herdeiros com frações distintas, como ocorre na herança por representação, hipótese típica de herdeiros que não estão na mesma linha de sucessão, tal como de filhos e netos do convivente falecido (os netos recebendo em razão do falecimento do pai pré-morto). Nesse caso, a fração do

³³ Venosa esclarece que, conforme dispõe referido dispositivo legal, se o convivente concorrer apenas com descendentes do convivente falecido, terá direito à metade do que couber a cada um deles, de modo que a porção devida ao convivente supérstite é atribuído peso 1 e ao filho do convivente falecido peso 2. VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito das sucessões*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 127.

³⁴ CARVALHO NETO, Inácio de. *Direito sucessório do cônjuge e do companheiro*. V. 1. São Paulo: Método, 2007. p. 188.

³⁵ FREIRE, Reinaldo Franceschini. *Concorrência sucessória na união estável*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 127.

convivente supérstite seria calculada considerando a fração cabível ao herdeiro por direito próprio³⁶.

Aliás, a doutrina esclarece que, na hipótese do inciso I, os filhos comuns têm direito a um mesmo quinhão que o convivente supérstite, enquanto que, se o convivente supérstite concorrer apenas com filhos exclusivos do convivente falecido, terá direito a um quinhão que equivale à metade do que têm direito de receber os filhos exclusivos do convivente falecido³⁷.

O art. 1.790 do Código Civil também não prevê explicitamente como deve ocorrer a partilha de bens caso o convivente falecido tenha tido filhos com o convivente supérstite (filhos comuns) e outros filhos de outros relacionamentos (filhos exclusivos).

Novamente existe divergência doutrinária em relação ao assunto, tendo surgido algumas vertentes, ora afirmando que os bens devem ser igualmente partilhados entre o convivente supérstite e todos os filhos, comuns e exclusivos, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 1.790 do Código Civil³⁸; ora afirmando que o convivente supérstite deveria herdar uma parte igual a dos filhos comuns e de um terço da parte que coubesse aos filhos exclusivos do convivente falecido³⁹. Ainda, outros autores sustentam que a solução ideal seria a de que o convivente supérstite e filhos deveriam dividir a herança de forma que o primeiro teria direito à metade do que tocasse a cada um dos filhos do convivente falecido, na forma do inciso II do art. 1.790⁴⁰.

Não há consenso quanto ao tema, e a doutrina clama por uma alteração no Código Civil brasileiro, para que seja determinada uma regra para ser seguida no caso de falecimento de convivente com filhos de diferentes relacionamentos, ou mesmo na sucessão por representação.

Igualmente, o Código Civil brasileiro também não indicou qual a regra a ser seguida quando há descendentes comuns (netos, por exemplo). Para a maioria da doutrina, deve ser

³⁶ CAHALI, Francisco José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 131. In: CASSETARI, Chirstiano (et al. Coord.). *Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. No mesmo sentido: PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil: direito das sucessões*. 15 ed. V. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 158.

³⁷ PAZINI, Cláudio Ferreira. *Alimentos e sucessão na união estável*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p. 221.

³⁸ Afirma-se, nesse caso, que a redação do inciso I seria mais abrangente e adequada à hipótese, inclusive por exclusão, porque o inciso II se refere unicamente aos filhos exclusivos e não se aplicaria aos processos em que concorressem filhos comuns, sendo necessário conceder igual proteção jurídica aos filhos, não importando se são comuns ou exclusivos. É o entendimento, por exemplo, de Cahali (CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Curso avançado de direito civil. Direito das sucessões*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, v. 6. p. 232, repetido em CAHALI, Francisco José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 136. In: CASSETARI, Chirstiano (et al. Coord.). *Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008). Pereira (PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de Direito Civil: direito das sucessões*. 15 ed. V. 6. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 159) e Venosa (VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito das sucessões*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 143).

³⁹ ALMADA, Ney de Mello. *Sucessões, legítima, testamentária, inventários e partilhas*. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 132.

⁴⁰ COELHO, Fábio Ulhôa. *Curso de direito civil*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 263.

aplicado o disposto no inciso I do art. 1.790, de modo que o convivente supérstite teria direito ao mesmo percentual que coubesse aos descendentes comuns⁴¹, ou, ainda, concorrendo o convivente supérstite com netos comuns, não haveria direito de representação destes, e o convivente supérstite teria direito ao mesmo percentual que os netos⁴².

Há quem defenda que o inciso I do art. 1.790 do Código Civil se refere apenas e textualmente aos filhos e que os descendentes seriam considerados como "outros parentes sucessíveis", na forma do inciso III do mencionado artigo e, portanto, teria o convivente supérstite direito a 1/3 da herança mencionada no *caput* do artigo⁴³.

Seguindo a lógica de análise deste estudo, cabe agora tecer algumas considerações a respeito do inciso III do art. 1.790.

Referido inciso estabelece que o convivente supérstite terá direito a um terço da herança quando concorrer com "outros parentes sucessíveis".

Segundo Hironaka⁴⁴, o esclarecimento do conteúdo da expressão "parentes sucessíveis" implica a análise conjunta do art. 1.829 e seguintes do Código Civil (a linha abrange os ascendentes e colaterais até o quarto grau), de modo que os ascendentes devem ser chamados a participar da sucessão, de forma que um terço do acervo hereditário deverá passar ao convivente supérstite e os dois terços restantes devem ser divididos entre os ascendentes sobreviventes (parentes sucessíveis), conforme a vocação hereditária e as classes dos mesmos⁴⁵.

Em relação ao percentual, o mesmo é fixo, não importando o número de "outros parentes sucessíveis".

Se genitores e avós não forem vivos, a convocação para a sucessão do percentual de 2/3 do acervo partilhável passará a ser feita a partir dos colaterais, iniciando-se pelos irmãos do convivente falecido ("podendo irmãos mortos anteriormente ser representados por seus filhos, que participarão, por estirpe, da sucessão do tio" e cabendo ressaltar que "a lei restringe a quota

⁴¹ OLIVEIRA, Euclides Benedito de. *Direito de herança: a nova ordem da sucessão*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 163 e DONIZETTI, Elpídio. QUINTELLA, Felipe. *Curso didático de direito civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 1.150.

⁴² VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito das sucessões*. São Paulo: Atlas, 2003. p. 143.

⁴³ GOMES, Orlando. *Sucessões*. 12 ed. revisada, atualizada e aumentada de acordo com o Código Civil de 2002 por Mário Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 68.

⁴⁴ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.) *Direito das sucessões e o novo código civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. P. 100.

⁴⁵ Ou seja, se houver apenas um ascendente, por exemplo, este receberá 2/3 da herança e o convivente supérstite 1/3, o que pode ser considerado injusto. Freire destaca a incongruência desta regra: "Interessante notar que, se o companheiro concorrer com um só filho comum, cada um receberá 1/2 da herança. Se o convivente concorrer com parentes sucessíveis, receberá 1/3 dos bens deixados pelo autor da herança, enquanto os restantes 2/3 pertencerão àqueles parentes. quer dizer, nessa hipótese os colaterais receberiam mais do que um filho do falecido, o que se mostra incompreensível." (FREIRE, Reinaldo Franceschini. *Concorrência sucessória na união estável*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 142).

parte cabível aos irmãos unilaterais à metade da quota recebida pelos irmãos bilaterais”), e, não havendo irmãos, a herança será partilhada entre os sobrinhos do convivente falecido.⁴⁶

Nem mesmo esse inciso do art. 1.790 ficou imune às críticas da doutrina, a qual afirma que esse tipo de disposição privilegia parentes que, na maioria das vezes, não possuem vínculo próximo com o convivente falecido, privilegiando vínculos biológicos (involuntários) de pessoas que não contribuem para a formação do patrimônio que comporá a herança em detrimento de vínculos afetivos (voluntários)⁴⁷ entre pessoas afetivamente unidas e que de alguma forma estavam juntas quando parte do patrimônio existia e que permaneceram unidas quando este patrimônio estava em mutação (crescente, estável ou decrescente).

Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul entendeu que o casamento e a união estável, mesmo sendo entidades familiares, são institutos jurídicos distintos (pois a própria Constituição Federal determina a necessidade de facilitação da conversão da união estável em casamento), o que justifica a diferenciação do tratamento entre cônjuge e convivente, inclusive quanto a aspectos sucessórios. A sucessão dos companheiros, regida pelo art. 1.790 do Código Civil, permite a habilitação dos irmãos do falecido, na condição de herdeiros, concorrendo com o convivente supérstite, ao qual caberá 1/3 da herança. Nessa decisão, determinou-se que a herança deve abranger, depois de destacada eventual meação, "todo o conjunto de bens deixados pelo falecido" e "não apenas aqueles adquiridos no curso da união estável"⁴⁸. Conforme será visto, essa questão está sob apreciação do STF, que verificará a constitucionalidade, sentido e alcance da redação do art. 1.790 do Código Civil.

Outra situação a considerar na sucessão vinculada a união estável, é a prevista no inciso IV do art. 1.790, em que se prevê a hipótese de não haver outros herdeiros, apenas o convivente

⁴⁶HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.) *Direito das sucessões e o novo código civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. P. 101-102.

⁴⁷ VELOSO, Zeno. *Do Direito sucessório dos companheiros*. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). *Direito de família e o novo Código Civil*. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 248.

⁴⁸ A ementa do julgamento referido tem o seguinte teor: "APELAÇÃO CÍVEL. SUCESSÕES. INVENTÁRIO ABERTO PELA COMPANHEIRA. AUSÊNCIA DE ASCENDENTES OU DESCENDENTES. SENTENÇA QUE EXCLUIU AS IRMÃS DO FALECIDO. INCIDÊNCIA DO INCISO III DO ART. 1790 DO CÓDIGO CIVIL. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. FORÇA VINCULANTE INTERNA DA DECISÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. 1. A constitucionalidade do inciso III do art. 1790 do Código Civil, reconhecida pelo Órgão Especial deste Tribunal, vincula os órgãos fracionários, que somente por motivo relevante, inócidente no caso em tela, podem suscitar novo incidente, respeitando a reserva de plenário. 2. Embora sejam ambas entidades familiares, casamento e união estável são figuras jurídicas diferentes, distinção essa feita pela própria Constituição ao proclamar que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento (art. 226, §3º). Ora, se o Constituinte não os considerasse figuras jurídicas diversas, não haveria de estabelecer facilidade para conversão de um instituto em outro. 3. Aplicável, na sucessão dos companheiros, a regra do inciso III do art. 1790 do Código Civil, que estabelece em favor da apelada o direito à herança em concorrência com os colaterais, sobre a terça parte da herança, compreendido nesse conceito todo o conjunto de bens deixados pelo falecido (após separada eventual meação que caiba à apelada) e não apenas aqueles adquiridos no curso da união estável. Deram provimento. Unânime". (Apelação Cível Nº 70052062692, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 07/02/2013).

supérstite. Nesse caso, a lei prevê que o convivente supérstite terá direito à totalidade da herança, assim entendida como a composta pelos bens adquiridos onerosamente no decorrer da união estável, que é a premissa do *caput* do artigo.

Caso o convivente falecido tenha deixado apenas bens adquiridos onerosamente durante a união estável, sem descendentes, ascendentes e colaterais vivos, o convivente supérstite o sucederá, na íntegra da herança.

Lembre-se que, segundo a redação do art. 1.790 do Código Civil, se o convivente falecido tiver deixado apenas bens que recebeu em doação ou gratuitamente, ou que foram adquiridos antes da união estável, o convivente supérstite não participa da herança. Nesse caso, serão herdeiros os descendentes, ascendentes e colaterais, conforme o caso.

Nessa última possibilidade, se não houver descendentes, ascendentes e colaterais, os bens recebidos em doação ou gratuitamente pelo convivente falecido ou adquiridos antes da união estável serão arrecadados como herança jacente, depois convertida a herança vacante e, a seguir, serão adjudicados ao município, Distrito Federal ou União⁴⁹, conforme art. 1.844 do Código Civil⁵⁰.

Essa interpretação é duramente criticada pela doutrina, pois seria extremamente injusta ao convivente supérstite.

Lembre-se que o fundamento da participação da família (aqui incluídos os conviventes em união estável no contexto de família), no quadro sucessório "justifica-se pelo facto de a propriedade continuar a ser, ainda hoje, largamente familiar: usufruída (quando não constituída) pelo conjunto dos familiares mais próximos, que têm, assim, uma expectativa e recebê-la por morte do seu titular (formal)."⁵¹ Por esse motivo, e também por uma associação lógica que se faz em relação a sucessão no casamento, torna-se de difícil aceitação a ideia da vacância da herança.

Há quem sustente que, na ausência de herdeiros do convivente falecido, todo o acervo hereditário seria destinado ao convivente supérstite, porque o Município, Distrito Federal e a União não seriam herdeiros, mas sucessores, e, como tal, não receberiam de imediato a posse e a propriedade dos bens do convivente falecido (isso somente ocorre com o trânsito em julgado da

⁴⁹ Nesse sentido, vide: CAHALI, Franciso José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 133. In: CASSETARI, Chirstiano (*et al.* Coord.). *Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008; VELOSO, Zeno. *Do Direito sucessório dos companheiros*. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). *Direito de família e o novo Código Civil*. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 245 e OLIVEIRA, Euclides Benedito de; AMORIM, Sebastião Luiz. *Inventários e partilhas: direito das sucessões: teoria e prática*. São Paulo: LEUD, 2003. p. 163.

⁵⁰ A única maneira que se vislumbra de o convivente supérstite tentar receber este patrimônio seria a de se manter na posse do mesmo, sem abrir inventário, até completar o período aquisitivo para usucapião.

⁵¹ CAMPOS, Diogo Leite de. *Lições de direito de família e das sucessões*. 2. ed. Coimbra, Almedina, 2003. p. 446.

sentença declaratória de vacância)⁵². Ademais, o art. 1.844 do Código Civil determinaria que a herança deveria ser destinada ao Município, Distrito Federal ou à União somente quando não houvesse cônjuge, companheiro ou parentes sucessíveis vivos, ou, eles existindo, que tivessem renunciado à herança⁵³.

Também há entendimento com o mesmo resultado (o convivente supérstite receberia a totalidade da herança), mas com fundamento diferente, no sentido de que, quando o inciso IV trata da totalidade da herança, deve-se entender que ela abrange todos os bens, inclusive os adquiridos antes da união estável e os recebidos a título gratuito pelo convivente falecido, pois esta seria uma interpretação favorável à família, que deve ser protegida⁵⁴, entendimento este que se coaduna com o Projeto de Lei do Senado n. 267/2009, já referido em rodapé.

Além das hipóteses acima abordadas, tem-se a possibilidade de o convivente falecido ter mantido seu estado civil de casado, apesar de ser separado de fato do seu cônjuge formal, e ter estabelecido posterior união estável com o convivente supérstite. O sistema jurídico brasileiro reconhece a ocorrência dessa possibilidade e admite a ocorrência de união estável entre uma pessoa com outra, separada de fato.

Reconhecendo-se a existência e a regularidade da união estável, bem como a extinção fática do casamento pela ausência de coabitação e ausência de relacionamento afetivo entre cônjuges, segue-se a regra do art. 1.790 do Código Civil, segundo a qual o convivente supérstite terá direito a parte dos bens, quais sejam, aqueles que tenham sido adquiridos de forma onerosa na constância da união estável.

Já a participação do cônjuge sobrevivente na sucessão do falecido que manteve uma união estável posterior é ponto que não encontra consenso na doutrina. Parte afirma que, com a extinção de fato do casamento anterior (caracterizada pela inexistência de coabitação e não observância da fidelidade conjugal), o cônjuge não participaria da sucessão do falecido, pela efetiva "falência" do casamento⁵⁵, enquanto que outra parte sustenta que essa situação fática, por

⁵² RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das sucessões*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 200. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões. V. 6. 22. ed. São Paulo, Saraiva, 2008. p. 143.

⁵³ FREIRE, Reinaldo Franceschini. *Concorrência sucessória na união estável*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 152. Zeno Veloso considera o tratamento do art. 1.790 como "grave e intolerável". *Do Direito sucessório dos companheiros*. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). *Direito de família e o novo Código Civil*. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

⁵⁴ DIAS, Maria Berenice. Casar ou não casar? Dúvidas sobre questões sucessórias. *Revista brasileira de Direito das famílias e sucessões*. n. 17, ago/set 2010. Ano XII. Porto Alegre: Magister. p.27-40 (especialmente p. 38); PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Direito das sucessões*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 6. p. 156.

⁵⁵ CAHALI, Franciso José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 134. In: CASSETARI, Chirstiano (*et al.* Coord.). *Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. No mesmo sentido: FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito das Famílias*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 262.

si só, não teria força jurídica suficiente para, por si, ter o efeito jurídico de romper a sociedade ou o vínculo conjugal⁵⁶.

Há, ainda, uma corrente doutrinária intermediária⁵⁷ que afirma que a herança deve ser dividida em duas partes, sendo uma formada pelos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável e outra com os demais bens. O companheiro deve participar da sucessão na parte dos bens adquiridos onerosamente na constância da união estável e, para os bens que não se enquadram na referida categoria, segue-se a regra geral de sucessão de falecido casado, participando desta o cônjuge separado de fato⁵⁸.

Por fim, o Código Civil brasileiro não trata expressamente do direito real de habitação, ao companheiro sobrevivente, do imóvel em que a família residia (o qual era previsto no art. 7º da Lei n. 9.278/96). O Código Civil concede expressamente tal direito ao cônjuge, não fazendo referência ao convivente supérstite, mas, conforme referido em rodapé, há projeto de lei prevendo a concessão desse direito no instituto da sucessão na união estável.

O Superior Tribunal de Justiça, porém, expressou entendimento no sentido de que o direito real de habitação é uma manifestação do direito à moradia garantido através do art. 6º da Constituição Federal brasileira, e que o Código Civil, apesar de não ter concedido referido direito expressamente ao convivente, não o proibiu, por que esse direito havia sido assegurado

⁵⁶ DELGADO, Mário Luiz. Controvérsias na sucessão do cônjuge e do convivente. Será que precisamos mudar o Código Civil? Revista brasileira de direito de família. IOB Thomson. IBDFam - Instituto Brasileiro de Direito de Família. Ano VII, n. 29. p. 205., abr./maio 2005.

⁵⁷ COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil*. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 268.

⁵⁸ Para o STJ, na separação de fato, extingue-se o *affectio maritalis*, e os cônjuges não mais se comportam como se casados fossem. Nesse passo, não é possível haver comunicação dos bens adquiridos no período em que houve a separação de fato pois, do contrário, haveria enriquecimento sem causa do cônjuge que não estava mais coabitando com aquele que adquiriu o patrimônio individualmente. Não estando mais em um relacionamento, cessa-se a presunção de aquisição conjunta do patrimônio. A ementa do julgado é a seguinte: "DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. SUCESSÃO. COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. INCLUSÃO DA ESPOSA DE HERDEIRO, NOS AUTOS DE INVENTÁRIO, NA DEFESA DE SUA MEAÇÃO. SUCESSÃO ABERTA QUANDO HAVIA SEPARAÇÃO DE FATO. IMPOSSIBILIDADE DE COMUNICAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS APÓS A RUPTURA DA VIDA CONJUGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Em regra, o recurso especial originário de decisão interlocutória proferida em inventário não pode ficar retido nos autos, uma vez que o procedimento se encerra sem que haja, propriamente, decisão final de mérito, o que impossibilitaria a reiteração futura das razões recursais. 2. Não faz jus à meação dos bens havidos pelo marido na qualidade de herdeiro do irmão, o cônjuge que encontrava-se separado de fato quando transmitida a herança. 3. Tal fato ocasionaria enriquecimento sem causa, porquanto o patrimônio foi adquirido individualmente, sem qualquer colaboração do cônjuge. 4. A preservação do condomínio patrimonial entre cônjuges após a separação de fato é incompatível com orientação do novo Código Civil, que reconhece a união estável estabelecida nesse período, regulada pelo regime da comunhão parcial de bens (CC 1.725) 5. Assim, em regime de comunhão universal, a comunicação de bens e dívidas deve cessar com a ruptura da vida comum, respeitado o direito de meação do patrimônio adquirido na constância da vida conjugal. 6. Recurso especial provido." (Recurso Especial n. 555.771-SP, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, julgado em 05.05.2009, Publicado no DJe em 18.05.2009 e na Revista Forense vol. 402. p.443).

pela Lei n. 9.278/96 (a qual, no dispositivo que trata do direito real de habitação, não teria sido revogada⁵⁹).

Disse o relator no julgado do Recurso Especial n. 1.156.744-MG, que o Código Civil mencionou expressamente o cônjuge justamente porque o cônjuge não tinha esse benefício antes da edição do Código Civil (2002), e o convivente sim. Dessa forma, o Código Civil teria equiparado cônjuge e convivente em relação à concessão direito real de habitação⁶⁰.

Se o imóvel utilizado pela família não era próprio, mas locado, mesmo assim há proteção legal, pois a Lei de Locações (Lei n. 8.245/91, art. 11, inc. I), permite que o companheiro de locatário falecido permaneça residindo no imóvel residencial locado⁶¹.

Importante destacar, nesse cenário da sucessão na união estável, a recente notícia de que o STF, no Recurso Extraordinário (RE) 878.694⁶², avocou a tarefa de estabelecer, ao menos sob a perspectiva jurisprudencial, se a Constituição Federal recepcionou a regra do art. 1.790 do Código Civil, que estabelece regimes sucessórios diferentes para cônjuge e companheiro.

A questão sob análise é maior do que simplesmente definir o âmbito interpretativo e de aplicação do art. 1.790 (o TJMG confirmou a concorrência sucessória de parentes distantes do convivente falecido com o convivente sobrevivente), trata-se da verificação da compatibilidade da regra que estabeleceu um regramento sucessório distinto daquele oriundo do casamento com os artigos constitucionais que tratam da igualdade (art. 5º, inciso I), da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) e da proteção da família pelo Estado, com reconhecimento da união estável

⁵⁹ Conforme salientado ao início deste trabalho, há entendimento no sentido de que tanto a lei n. 8.971/94 quanto a Lei n. 9.278/96 foram parcialmente revogadas com a edição do Código Civil brasileiro de 2002, nos seguintes termos: "Entendemos que as Leis 8.971, de 29.12.94, e 9.278, de 10.05.96, foram implícita e parcialmente revogadas pelos arts. 1.723 a 1.727 do CC, na medida em que estes passaram a regular a matéria relativa à união estável. Ficaram a salvo da revogação os arts. 7º § ún. (direito real de habitação) e 9º (regras processuais) da Lei 9.278, de 10.05.96, que tratam de temas não disciplinados pela legislação ulterior e, assim, continuam em vigor". NEGRÃO, Theotônio. *Código Civil e legislação civil em vigor*. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 617.

⁶⁰ Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial n. 1.156.744-MG. Relator Ministro Marco Buzzi. 4ª Turma. Julgado em 09/10/2012. Publicado no DJe em 18.10.2012. Ementa do julgado: "DIREITO CIVIL. SUCESSÃO. DIREITO REAL DE HABITAÇÃO. COMPANHEIRO SOBREVIVENTE. POSSIBILIDADE. VIGÊNCIA DO ART. 7º DA LEI N. 9.278/96. RECURSO IMPROVIDO. 1. Direito real de habitação. Aplicação ao companheiro sobrevivente. Ausência de disciplina no Código Civil. Silêncio não eloquente. Princípio da especialidade. Vigência do art. 7º da Lei n. 9.278/96. Precedente: REsp n. 1.220.838/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2012, DJe 27/06/2012. 2. O instituto do direito real de habitação possui por escopo garantir o direito fundamental à moradia constitucionalmente protegido (art. 6º, caput, da CRFB). Observância, ademais, ao

postulado da dignidade da pessoa humana (art. art. 1º, III, da CRFB). 3. A disciplina geral promovida pelo Código Civil acerca do regime sucessório dos companheiros não revogou as disposições constantes da Lei 9.278/96 nas questões em que verificada a compatibilidade. A legislação especial, ao conferir direito real de habitação ao companheiro sobrevivente, subsiste diante da omissão do Código Civil em disciplinar tal direito àqueles que convivem em união estável. Prevalência do princípio da especialidade. 4. Recurso improvido."

⁶¹ SANTOS, Gildo dos. *Locação e despejo: comentários à Lei 8.245/91*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 102.

⁶² Disponível através de consulta ao site do STJ (<http://www.stj.jus.br/portal/site/STJ>), acesso em abril de 2015.

como entidade familiar (art. 226, § 3º), e é possível afirmar que a situação somente chegou nesse patamar porque o art. 1.790 do Código Civil é extremamente defeituoso.

Segundo o teor da decisão do Ministro Relator, Roberto Barroso, que reconheceu a repercussão geral da matéria, a questão possui relevância social e jurídica que transcende aos interesses subjetivos de um único caso e que interessam a um grande número de pessoas e como própria orientação de atuação ao próprio Poder Judiciário para hipóteses semelhantes.

Ninguém sabe se o STF terá posição favorável ou desfavorável à inconstitucionalidade invocada, ou se proporrá uma "interpretação conforme a Constituição", mas há indicativos de que a constitucionalidade pura e simples do art. 1.790 não será admitida, em razão de duas ocorrências: (1ª) o recebimento do recurso e conseqüente reconhecimento da repercussão geral, bem como (2ª) o entendimento doutrinário do relator do recurso no sentido de que somente são admissíveis distinções que sejam razoáveis e justificáveis (finalidade legítima)⁶³, e a discriminação da sucessão no casamento e na união estável, segundo foi possível constatar, não é aceitável e tampouco justificável, pois os dois moldes de entidade familiar representam legítima comunhão de vida, nas quais as pessoas se unem por igual afetividade e projeto de vida comum⁶⁴, e não seria razoável e tampouco justificável aplicar regimes sucessórios distintos a cada caso.

5. Conclusões

Conforme visto, o sistema jurídico brasileiro, ao tratar da sucessão na união estável, traz mais dúvidas que soluções aos questionamentos que repetidamente são expostos em juízo e também academicamente, sendo certo que o convivente supérstite não é tido como herdeiro necessário, e somente será amparado patrimonialmente, sem maiores discussões com herdeiros do convivente falecido, se tiver adquirido bens de forma onerosa, na constância da união estável, pois, nesse caso, ao menos a sua meação deve ser resguardada.

Isso indica que, em curto prazo e mais por uma solução prática do que necessariamente jurídica, a opção mais recomendável é no sentido de que os conviventes convertam suas uniões em casamento, escolhendo o regime de bens que entenderem que seja o melhor na preservação de seus interesses ou que, ao menos, os conviventes antecipadamente realizem ato de disposição

⁶³ BARROSO, Luís Roberto. Razoabilidade e isonomia no direito brasileiro. In: *Temas de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 161.

⁶⁴ É possível afirmar que a posição do relator provavelmente será no sentido de não reconhecer um tratamento diferenciado na sucessão pelo próprio teor do parecer que tratou das uniões homoafetivas: BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. *Revista Diálogo Jurídico* n. 16. Maio-agosto/2007. Salvador.

de vontade para além-vida, sendo o testamento uma via adequada para que o convivente, em vida, defina os seus desígnios relacionados ao seu patrimônio disponível, particularizando suas disposições patrimoniais e definindo, segundo seus próprios critérios, quem merece receber seu patrimônio após a morte. É uma atitude preventiva que preserva a vontade do convivente que vier a falecer, evitando arbítrios indesejáveis e sujeitos a unicamente interpretação da lei, a qual, segundo a época do julgamento e até mesmo as regras vigentes, pode não representar a vontade daquele que não mais pode ser ouvido.

Poder-se-ia ver esse cenário sob um aspecto negativo, que é o das várias correntes que concedem diferentes respostas à algumas perguntas que se fazem em hipóteses omissas, obscuras ou contraditórias em matéria de sucessão em uniões estáveis.

Essas dúvidas são vistas atualmente mais como uma necessidade de indicação dos pontos em que o legislador deve atuar, para aperfeiçoar o sistema legislativo e deixar claro até que ponto se deseja equiparar a união estável ao casamento e em quais aspectos os dois institutos jurídicos se diferem, sobretudo em suas repercussões patrimoniais sucessórias, em que, atualmente, há os maiores questionamentos a respeito do que seria justo ou injusto de se deferir ao companheiro supérstite, ascendentes e descendentes do convivente falecido, sendo claro, porém, que atualmente em matéria legislativa, a opção de maior proteção se dá no âmbito das uniões solenes (casamento).

Porém, é importante destacar que o Poder Judiciário brasileiro enfrenta tais problemas de modo a fornecer a resposta que se considera mais justa conforme o caso concreto, geralmente de maneira mais favorável ao convivente que tenha comprovado a existência da união estável e o seu período de duração, enfrentamento esse que se evidencia pela possibilidade de que o STF, antes de uma movimentação legislativa concreta, defina os contornos da sucessão na união estável, pela análise do Recurso Extraordinário (RE) 878.694.

A análise dos percalços, das dúvidas, dos erros e acertos que os juristas brasileiros enfrentam, bem como da quantidade de projetos que tramitam no Poder Legislativo com o objetivo de alterar a legislação atualmente vigente, também são um indicativo de que o instituto da união estável, no Brasil, está em construção e ainda tem espaço para evolução.

Essa evolução deve se dar de forma mais rápida, especialmente nos pontos que são objeto de maior crítica, expostos neste artigo, e, sobretudo, dependem de boa vontade e de disposição do legislador e do Poder Judiciário, os quais não podem olvidar que, na seara do direito de família, "a natureza é mais forte que as ideologias"⁶⁵.

⁶⁵ PARADISO, Massimo. La juridicidad intrínseca de las relaciones familiares. In: PUERTAS, Carlos Alberto Calderón; GONZALES, Carlos Agurto (coord). *Observatorio de Derecho Civil*. La familia. V. II. p. 51.

6. Referências bibliográficas

- ALMADA, Ney de Mello. **Sucessões, legítima, testamentária, inventários e partilhas**. São Paulo: Malheiros, 2006.
- ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Casamento e união estável à luz da análise econômica do direito. **Revista brasileira de Direito das famílias e sucessões**. n. 11, ago/set 2009. Ano XI. Porto Alegre: Magister. p.67-92.
- BARROSO, Luís Roberto. Razoabilidade e isonomia no direito brasileiro. *In: Temas de direito constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- BARROSO, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista Diálogo Jurídico** n. 16. Maio-agosto/2007. Salvador, p. 1-32.
- CAHALI, Francisco José. **União estável e alimentos entre companheiros**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Curso avançado de direito civil. Direito das sucessões**. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, v. 6.
- CAHALI, Francisco José; CARDOSO, Fabiana Domingues. Sucessão na união estável. p. 122-152. *In: CASSETARI, Chirstiano (et al. Coord.). Direito das sucessões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- CAMPOS, Diogo Leite de. **Lições de direito de família e das sucessões**. 2ª. ed. Coimbra, Almedina, 2003.
- CARVALHO NETO. Inácio. **Direito Sucessório do cônjuge e do companheiro**. V. 1. São Paulo: Método, 2007.
- COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito civil**. V. 5. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DELGADO, Mário Luiz. Controvérsias na sucessão do cônjuge e do convivente. Será que precisamos mudar o Código Civil? **Revista brasileira de direito de família**. IOB Thomson. IBDFam - Instituto Brasileiro de Direito de Família. Ano VII, n. 29, abr./maio 2005.
- DIAS, Maria Berenice. Casar ou não casar? Dúvidas sobre questões sucessórias. **Revista brasileira de Direito das famílias e sucessões**. n. 17, ago/set 2010. Ano XII. Porto Alegre: Magister. p. 27-40.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro. Direito das sucessões**. V. 6. 22. ed. São Paulo, Saraiva, 2008.
- DONIZETTI, Elpídio. QUINTELLA, Felipe. **Curso didático de direito civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- FIUZA, Ricardo. **O novo Código Civil e as propostas de aperfeiçoamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- FREIRE, Reinaldo Franceschini. **Concorrência sucessória na união estável**. Curitiba: Juruá, 2009.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil: sucessões**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **O Companheirismo: uma espécie de família**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- GOMES, Orlando. **Sucessões**. 12 ed. revisada, atualizada e aumentada de acordo com o Código Civil de 2002 por Mário Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Direito de Família**. Vol. 6. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.) **Direito das sucessões e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- HAUSER, Jean; JUET-WEILLER, Danièle. **Traité de Droit Civil. La famille**. 2ª. ed. Paris: LGDJ, 1993.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Comentários ao novo Código Civil. Do direito das sucessões**. TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). Rio de Janeiro: Forense. 2 ed. V. XXI, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O problema do incesto. In: CANEVACCI, Massimo (Org.). **Dialética da família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. Trad. por Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- LÔBO, Paulo. **Direito Civil – Famílias**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NEGRÃO, Theotônio. **Código Civil e legislação civil em vigor**. 32ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- OLIVEIRA, Euclides Benedito de. **Direito de herança: a nova ordem da sucessão**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, Euclides Benedito de; AMORIM, Sebastião Luiz. **Inventários e partilhas: direito das sucessões: teoria e prática**. São Paulo: LEUD, 2003.
- PARADISO, Massimo. La juridicidad intrínseca de las relaciones familiares. In: PUERTAS, Carlos Alberto Calderón; GONZALES, Carlos Agurto (coord). **Observatorio de Derecho Civil. La familia**. V. II. Lima: Motivensa. 2010.
- PAZINI, Cláudio Ferreira. **Alimentos e sucessão na união estável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil. Direito das sucessões.** 15ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, v. 6.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das sucessões.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SANTOS, Gildo dos. **Locação e despejo: comentários à Lei 8.245/91.** 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

SANTOS, J. M. de Carvalho. **Repertório enciclopédico do direito brasileiro.** Rio de Janeiro: Borsoi, 1974.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Família: conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde. **Revista Família, Saúde e Desenvolvimento.** Curitiba, v.2, n.2, p.58-64, jul./dez. 2000.

VELOSO, Zeno. Do Direito sucessório dos companheiros. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coords.). **Direito de família e o novo Código Civil.** 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito das sucessões.** São Paulo: Atlas, 2003.